



VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.ºs 212, 214 e 215/VII, do inquérito parlamentar n.º 5/VII, de requerimentos e da resposta a um outro.

Assinalando os 20 anos de participação de Portugal no Conselho da Europa, proferiram intervenções os Srs. Deputados Alberto Martins (PS), Moita Amaral (PSD), José Niza (PS), Nuno Abecasis (CDS-PP) e Lino de Carvalho (PCP), às quais se associou o Sr. Presidente

Ordem do dia. — Foi apreciada a proposta de resolução n.º 8/VII — Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente, assinado em Nova Iorque, em 10 de Abril de 1981, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Seixas da Costa), os Srs. Deputados Maria Carrilho (PS), Azevedo Soares (PSD), João Corregedor da Fonseca (PCP), Cardoso Ferreira (PSD), Nuno Abecasis (CDS-PP) e Isabel Castro (Os Verdes).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 11 horas e 50 minutos

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Airés Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Gavino Paixão.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Claudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
Joaquim Moreira Raposo.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.

Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Varges.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesúfa Carrilho Bernardo.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Oswaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Teresa Maria Gonçalves Gil Oliveira Pereira Narciso.
Victor Brito de Moura.
Vital Martins Moreira.

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano de Lima Gouveia Azevedo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antonino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogerio Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
Fernando Santos Pereira.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.

Francisco Antunes da Silva.
 Francisco José Fernandes Martins.
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
 Gilberto Parca Madail.
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João Carlos Barreiras Duarte.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Augusto Gama.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Carlos Pires Povoas.
 José de Almeida Cesário.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Mário de Lemos Damião.
 Lucília Maria Samoreno Ferra.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luís Filipe Menezes Lopes.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Joaquim Barata Frexes.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
 Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rolando Lima Lalandia Gonçalves.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

Augusto Torres Boucinha.
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
 Jorge Alexandre Silva Ferreira.
 Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró.
 Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.

Nuno Kruz Abecasis.
 Rui Manuel Pereira Marques.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araujo Calçada.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. **Secretário** (Artur Penedos): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: projectos de lei n.ºs 212/VII — Reelevação da povoação de Beringel à categoria de vila (PS), que baixou à 4.ª Comissão; 214/VII — Autoriza a difusão de trabalhos parlamentares nas redes públicas e privadas de televisão por cabo (PS), que baixou à 1.ª Comissão; e 215/VII — Sobre a criação de vagas adicionais no acesso ao ensino superior (PCP), que baixou à 6.ª Comissão.

Deu ainda entrada na Mesa o inquérito parlamentar n.º 5/VII — Ao acordo estabelecido entre o Estado e o Sr. António Champalimaud (PCP).

Foram ainda apresentados na Mesa, nas últimas reuniões plenárias, os requerimentos seguintes: ao Governo e ao Ministério da Economia, formulados pela Sr.ª Deputada Paula Cristina Duarte; ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Arnaldo Homem Rebelo; aos Ministérios do Ambiente e da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Isabel Castro e Macário Correia; ao Ministério para a Qualificação e o Emprego, formulado pela Sr.ª Deputada Filomena Bordalo; aos Ministérios da Educação, da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social, formulados pelos Srs. Deputados Paulo Pereira Coelho, Jorge Roque Cunha, Manuel Alves de Oliveira e Maria José Nogueira Pinto; à Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Ferreira; aos Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Presidência e da Defesa Nacional, formulados pelos Srs. Deputados Sílvio Rui Cervan e João Amaral; a diversos ministérios, formulados pelos Srs. Deputados Luís Sá e Luísa Mesquita.

Entretanto, o Governo respondeu, no dia 26 do corrente, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, no dia 17 de Setembro p.p.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, do período de antes da ordem do dia de hoje consta o debate sobre os 20 anos de participação de Portugal no Conselho da Europa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins (PS)**: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há 20 anos, em 22 de Setembro de 1976, Portugal tornou-se o 19.º membro do Conselho da Europa.

Ao discursar na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no início da semana, perante os Deputados dos diversos parlamentos dos 39 Estados membros, o Presidente da República Jorge Sampaio lembrou a efeméride, dizendo: «Deposto o regime autoritário, Portugal tomou, faz agora 20 anos, o lugar que por direito lhe advinha nestas instâncias. Este acto de reconhecimento e de legitimação da democracia portuguesa foi decisivo para a sua própria consolidação e constituiu o primeiro passo institucional da nossa reconciliação com a Europa e de integração de Portugal no processo de construção europeia (...)». E, mais adiante, salientou: «Permitam-me igualmente que testemunhe que, no contexto das práticas democráticas no meu país, o papel fundamental que assumiu a experiência recolhida no Conselho da Europa nos domínios dos direitos humanos e da cooperação jurídica em termos do estabelecimento do quadro jurídico constitucional e pós-constitucional português».

Sr. Presidente. Srs. Deputados: O Conselho da Europa com os seus actuais 39 Estados membros, após a adesão da Rússia, e na emergência de próximos alargamentos à Croácia, à Arménia e ao Azerbaijão, estando em aberto os casos da Bielorrússia e da Bósnia-Herzgovina, é verdadeiramente a organização europeia com vocação política mais alargada no plano geográfico. Uma organização continental, intérprete por excelência dos valores universais que constituem o «bem comum» dos europeus: a democracia, os direitos do homem e o primado da legalidade.

Como referiu no seu notável discurso o Presidente da República de Portugal, se há organização internacional que pode reivindicar-se como «consciência da Europa», bastião perene da nossa identidade, una e diversa, essa é o Conselho da Europa. O qual tem, ao longo dos anos definido um perfil, cuja acção percorre os mais diversos domínios da intervenção e cooperação políticas no âmbito dos direitos humanos fundamentais, seja no âmbito da educação, da criminalidade, da protecção das minorias nacionais, da integração dos imigrantes, do reforço da democracia local, da valorização do património histórico e das identidades culturais, da defesa do ambiente, dos novos desafios decorrentes da evolução tecnológica, do aprofundamento de regras de defesa da dignidade humana e até da perenidade da espécie.

Srs. Deputados, tendo aprovado 160 convenções e acordos internacionais, o Conselho da Europa tornou-se a organização-piloto de cooperação do espaço jurídico-institucional europeu ao encontro da ideia fundadora da defesa da paz, da liberdade, do progresso e da justiça e, no dizer de Robert Schuman, em «defesa da pessoa humana contra todas as tiranias e todos os totalitarismos».

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Srs. Deputados, hoje a participação de Portugal no Conselho da Europa faz-se nos diversos órgãos institucionais que o compõem, sejam eles o Comité de Ministros, a Assembleia Parlamentar, a Comissão, o Tribunal dos Direitos do Homem, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais e num quadro referencial em que a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a Carta Social Europeia, a Convenção contra a tortura e os tratamentos desumanos e degradantes e a Convenção Cultural Europeia constituem instrumentos decisivos e axiais.

Como parlamentar do Conselho da Europa, tendo a honra de presidir à delegação parlamentar portuguesa, entendendo como significativo e necessário que a Assembleia da República se empenhe na participação de Portugal, *maxime* dos seus parlamentares, no Conselho da Europa...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e, sobretudo, que aprofunde as grandes questões com que o Conselho hoje se debate e que se situam na encruzilhada da construção europeia.

Srs. Deputados, com a queda do Muro de Berlim emerge uma Europa democrática, aberta à dimensão continental, livre na pluralidade das identidades nacionais e apelando a um novo modelo de cooperação e evolução societária para a entrada e no curso do novo milénio.

Ora, se há um desafio que se coloca ao Conselho da Europa no mais fundamental da sua evolução orgânica, é o de achar a sua rota natural, a sua identidade maior no contexto da pluralidade das instituições internacionais em que os Estados da Europa se organizam. A NATO, a UEO, a OSCE, o Conselho da Europa e a União Europeia, com composições e objectivos distintos, coincidem muitas vezes no espaço europeu em tarefas que se justificam pela complementaridade e nunca pela sobreposição, como às vezes acontece.

A abertura à Europa central e oriental, com o fim dos regimes comunistas, e a entrada até agora de 15 antigos Estados comunistas, incluindo um país com a dimensão continental da Rússia, veio dar ao Conselho da Europa uma acrescida e necessária competência legitimadora dos processos democráticos em construção. A entrada no Conselho da Europa do que se pode chamar, no dizer do seu secretário-geral, as «democracias inacabadas e de Estados de Direito imperfeito» têm vindo a exigir ao Conselho um novo papel de partilha, que torna mais exigente o diálogo e a cooperação entre os Estados, quer ao nível do aprofundamento das regras democráticas internas, quer no âmbito da segurança externa.

Em nome da sua vocação essencial, o Conselho da Europa tem de se redefinir na sua identidade maior, a qual se situa na polaridade da defesa dos direitos humanos, sejam estes civis, políticos, económicos, sociais ou culturais, e ainda na cooperação política ao encontro dos grandes objectivos da evolução civilizacional.

Neste plano de reajustamentos, a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a qual já recebeu o apoio do Parlamento Europeu e da Comissão e em que o Estado português está empenhado, na eventual dependência da revisão do Tratado de Maastricht, é já um caso paradigmático de um novo desenho de complementaridades que se deve aprofundar noutros domínios e organizações.

Srs. Deputados, o quadro de fundo, definido pelo programa intergovernamental do Conselho da Europa, tem em

vista a construção de um novo espaço de segurança democrática, o qual tem como objectivo essencial o aprofundamento democrático no seio da grande Europa; a coesão social e a afirmação pluralista das culturas. O aprofundamento democrático pretende desenvolver-se na recriação dos valores e princípios da pluralidade, da tolerância, da não discriminação das diferenças, no reforço da abertura à sociedade civil e aos seus organismos, na participação democrática e, nuclearmente, na edificação de um espaço jurídico comum.

A coesão social, afectada hoje em toda a Europa, em graus diversos, pelos fenómenos complexos e interdependentes do desemprego, da exclusão social, do envelhecimento e dependência, dos fluxos migratórios e pelas dificuldades de integração, pela tendência à sobreexploração da natureza e subexploração dos recursos humanos, quer-se orientada para o objectivo contínuo da promoção do emprego, das condições de vida e de trabalho para a garantia mínima das condições de saúde e luta contra todas as formas de exclusão...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e no sentido de os princípios contidos na Convenção e na Carta social, assim como em outros importantes diplomas nacionais e regionais, serem incorporados nas acções dos governos e das suas políticas sociais.

No pluralismo das culturas, o Conselho da Europa privilegia as atitudes positivas da tolerância face à diversidade cultural, étnica, religiosa ou linguística e quer reforçada a consciência de uma identidade europeia, que «transcende sem as ameaças às identidades nacionais e regionais e o sentimento de pertinência colectivo ao espaço da grande Europa, reafirmando uma 'dimensão ética e humanista' para a Europa do futuro».

Srs. Deputados, a intervenção do Presidente da República Jorge Sampaio, na referida sessão plenária da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e na sua qualidade de «representante da República Portuguesa no domínio das relações internacionais», incidiu, entre outros, sobre aspectos especiais da acção do Conselho, alguns dos quais implicam a intervenção empenhada e necessária da Assembleia da República.

A adopção do Protocolo XI, adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, assinado pelo anterior Governo em Maio de 1994, já ratificado por 23 Estados, e ainda não ratificado por Portugal, constitui uma exigência de adequação e modernidade no sistema de justiça europeia. É urgente que o Estado português ratifique tal protocolo — e desse propósito já deram conta pública o Presidente da República e o Governo, por intermédio do Ministro da Justiça, em Estrasburgo — e proceda à aceleração do respectivo processo de apreciação ratificadora.

É a esta Assembleia, recebido o necessário impulso governamental, que cabe dar a aprovação ratificadora que irá contribuir para a instituição de uma mudança radical no sistema de recurso ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, abrindo a possibilidade de um recurso individual directo, o que constitui uma nova fase de garantia dos direitos individuais dos cidadãos e de uma acrescida autovinculação dos Estados.

A Carta Social Europeia revista é um tratado internacional aberto à assinatura dos Estados membros a partir de 3 de Maio de 1996 e destina-se a substituir progressivamente

a Carta Social Europeia ao encontro da evolução que se produziu no direito do trabalho e das políticas sociais, melhorando a eficácia das suas regras e, em particular, dos seus mecanismos de controlo.

No mesmo âmbito convencional, a eminente aprovação de uma «Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina», devem merecer o interesse e a atenção, celeridade, da Assembleia da República para um importante instrumento harmonizador das regras da medicina, da biologia, da economia e da moral, em prol da dignidade do ser humano e da sua identidade genética.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Releva ainda — e refiro-me à intervenção do Sr. Presidente —, pela sua singularidade, o apelo veemente e importante do Presidente da República no Conselho da Europa à abolição da pena de morte por parte de todos os países da grande Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ao fazê-lo, Portugal pode invocar a sua condição de país pioneiro da abolição, feita em nome dos valores humanistas da vida e da justiça.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os desafios de uma nova Europa passam pela acção dos cidadãos e das mais diversas instituições, entre elas tem lugar singular o Conselho da Europa, o qual de parceria com outras organizações europeias tem de redefinir o seu lugar e papel no pluralismo complementar do sistema político internacional.

Ao apelar à necessidade de uma nova cimeira (a segunda) de Chefes de Estado e de Governo para o próximo ano, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, assim, assume a nova idade de uma grande Europa, quase chegada ao limite do seu crescimento geográfico, e que tem de equacionar claramente os objectivos do seu desenvolvimento futuro, onde, mais uma vez, os europeus podem ser confrontados, na indecisão do futuro e na urgência da mudança, com o belo desígnio atribuído a Péricles: «Não há felicidade sem liberdade, não há liberdade sem coragem»!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Amaral.

O Sr. Mota Amaral (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não poderia a Assembleia da República esquecer a celebração, ocorrida esta semana, dos 20 anos da adesão de Portugal ao Conselho da Europa.

A efeméride foi condignamente assinalada, em Estrasburgo, em sessão da Assembleia Parlamentar, com a presença do Sr. Presidente da República.

Com satisfação testemunho à Câmara o sucesso obtido pelo Presidente Jorge Sampaio perante o órgão máximo representativo dos Estados membros do Conselho da Europa. O discurso então proferido e ao qual se referiu já o Sr. Deputado Alberto Martins aborda as grandes questões da actualidade europeia e mundial, com visão de futuro e uma profunda marca humanista. Merece ser lido e ponderado!

A intervenção presidencial suscitou um vivo debate, com perguntas de Deputados de várias bancadas e nacionalidades, às quais o Sr. Presidente da República respondeu cabalmente, exprimindo-se, com fluência e propriedade, em três línguas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cabe hoje a vez ao Parlamento de assinalar o significado nacional da nossa presença, larga já, de duas décadas, no Conselho da Europa. A adesão de Portugal ao Conselho da Europa, decidida pelo I Governo Constitucional, da responsabilidade do PS, mas fortemente apoiada por partidos da oposição, nomeadamente o PSD, foi o primeiro passo, decisivo, para um novo rumo, europeu, do nosso País.

Entre os pioneiros desta opção europeia de Portugal, a marcar a arrancada de um novo ciclo histórico, tem de evocar-se os nomes de Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral, todos eles antigos membros desta Assembleia.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Foi o Sr. Deputado Medeiros Ferreira, meu conterrâneo, colega de círculo e velho amigo, ao tempo o mais jovem Ministro dos Negócios Estrangeiros de todo o Mundo, quem teve a honra de subscrever os documentos formais de adesão de Portugal ao Estatuto do Conselho da Europa e, simultaneamente, àquele que é um dos seus diplomas emblemáticos, a Convenção para a Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

A presença portuguesa no Conselho da Europa nunca foi encarada como a mera garantia de um certificado de genuinidade e modernidade democráticas. O Estado português, no seu conjunto, tem estado activamente envolvido nos desafios da construção de um espírito europeu, de compreensão e harmonia, entre todos os povos do nosso continente.

Neste sentido, o Governo assinou, desde 1976 até agora, 108 convenções europeias elaboradas pelos organismos do Conselho, das quais 82 foram já ratificadas e vigoram plenamente na ordem jurídica nacional.

Por seu turno, na Assembleia Parlamentar, os delegados eleitos por esta Câmara têm procurado dignificar a representação de Portugal, mediante uma participação activa, que V. Ex.^ª, Sr. Presidente, tanto tem procurado valorizar, para prestígio do próprio Parlamento.

A Presidente da Assembleia Parlamentar, no discurso de saudação ao nosso Presidente da República, sublinhou expressamente o facto de 2 das 13 comissões especializadas — num conjunto de cerca de 300 Deputados, de 39 Estados diferentes — serem presididas por membros da delegação portuguesa, concretamente pela Sr.^a Deputada Manuela Aguiar e pelo Sr. Deputado Pedro Roseta.

Também no Congresso dos Poderes Locais e Regionais tem havido intensa participação portuguesa. Não deve ignorar-se, entre outros, o contributo deste organismo especializado para a definição de uma política europeia para as ilhas mais pequenas e afastadas, da qual muito têm beneficiado as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: À beira de completar 50 anos, o Conselho da Europa pretende estar na linha da frente da construção europeia no século XXI.

Outros organismos e instituições, também surgidos no rescaldo do pós-guerra ou até recentemente, como a União Europeia ou a Organização de Cooperação e Segurança

Europeia, têm missões próprias, de resto fundamentais, que não se confundem com os tradicionais objectivos do Conselho da Europa.

As nossas sociedades, no seu pluralismo institucional — e, sobretudo, os cidadãos, a pessoa humana que cada um de nós é —, necessitam do aprofundamento constante e da defesa eficaz dos princípios e valores fundamentais.

Seguindo por trilhos já abertos, o Conselho da Europa avança agora na elaboração de diplomas-convencionais, definindo novos direitos cívicos na sociedade da informação; disciplinando a aplicação das tecnologias de ponta na área das ciências que lidam com a vida humana; defendendo as minorias étnicas e culturais; combatendo a xenofobia, o anti-semitismo e o racismo; protegendo o património cultural, o ambiente, a vida selvagem, os animais; propondo novas formas de estruturação política e de participação.

Portugal, mantendo-se fiel à sua opção europeia e às suas tradições humanistas, tem todo o interesse em marcar presença activa nas tarefas do Conselho da Europa, concretamente na cooperação com as novas democracias do centro e leste europeu e na elaboração da Carta Europeia da Autonomia Regional, que está em curso e entra na competência da Subcomissão dos Poderes Locais e Regionais da Assembleia Parlamentar a que tenho a honra de presidir.

É razoável, por isso, darmos daqui todo o apoio à iniciativa da Presidente Lenni Fischer, no sentido de ser convocada uma nova Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do Conselho da Europa, com a finalidade de, confirmando e reforçando o impulso da Declaração de Viena, aprovada pela Cimeira de 1993, serem adoptadas as reformas necessárias, nomeadamente através do fortalecimento da Assembleia Parlamentar, para um papel acrescido do Conselho da Europa no quadro europeu e mundial.

A Europa dos direitos do homem, de um modelo de sociedade próprio, baseado na iniciativa livre e responsável e na solidariedade, com direitos dos trabalhadores e segurança social, plasmado na Carta Social Europeia revista — agora tão ameaçada pelos preconceitos neoliberais, que induziram a globalização... —, só tem a ganhar com o permanente vigor de uma instituição de créditos tão firmados como é o Conselho da Europa.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Tanto como a sua decadência seria mau prenúncio, a vitalidade do Conselho da Europa tranquiliza todos os democratas.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperava intervir mais tarde, até porque já falou o meu colega e camarada Alberto Martins, e não queria tirar a oportunidade...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Niza, o Sr. Deputado Alberto Martins falou na qualidade de Presidente da Delegação da Assembleia da República. Segue-se a ordem das inscrições. Aliás, não podia ser de outro modo.

O Orador: — Agradeço o seu esclarecimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção vai ser muito breve, em primeiro lugar, para subscrever totalmente aquilo que já foi dito pelos Srs. Deputados Alberto Martins e Mota Amaral e, em segundo lugar, para dar também um pouco de testemunho de uma experiência que se repete, na medida em que — e penso que tem interesse dizê-lo — o Conselho da Europa, antes da queda do Muro de Berlim, era outro Conselho, mas quando Portugal entrou, e foi o 19.º país, assistiu à entrada sucessiva de mais 20 países.

Hoje, efectivamente, o Conselho da Europa é um órgão decisivo, em termos europeus, onde se debatem grandes problemas, onde se convive com Deputados de todos os países, o que tem interesse, e onde Portugal tem uma boa imagem e está bem representado.

Gostaria de fazer um apelo à sensibilidade desta Assembleia, do seu Presidente e até dos jornalistas, que, por acaso, neste momento, primam pela ausência, no sentido de que não deixem a Delegação Portuguesa em Estrasburgo na clandestinidade, porque se, praticamente, nem os Deputados desta Assembleia sabem o que lá se passa, o que os Deputados fazem, qual o seu trabalho, muito menos saberá o País.

Já foi aqui dito, e é curioso, que, numa Assembleia com 39 países e onde existem 12 comissões especializadas permanentes, Portugal tenha a presidência de duas e a vice-presidência de uma. Trata-se de uma quota elevadíssima, em termos relativos.

Por outro lado, os Deputados portugueses, neste mesmo momento, estão encarregados de acabar, ou já acabaram, relatórios dos quais foram incumbidos e que também não são conhecidos em Portugal, designadamente nesta Assembleia.

Aproveito esta oportunidade para dar uma sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia da República: talvez possam ser criadas condições para que o trabalho dos Deputados — e não só dos portugueses mas da Assembleia Parlamentar em si própria — seja mais conhecido desta Assembleia da República. Com isso, julgo que se evitariam, inclusive, as situações de alguma suspeição sobre as viagens dos Deputados e o «turismo político», porque não é disso que se trata, na verdade, trabalha-se bastante. Portanto, era bom que os portugueses e os nossos Deputados conhecessem esse trabalho.

Quero acrescentar uma dimensão àquilo que o Sr. Deputado Alberto Martins disse em relação aos vários órgãos e organismos do Conselho da Europa, que tem a ver com a questão da droga.

Efectivamente, o Grupo Pompidou, que depende do Conselho da Europa, e onde Portugal está representado desde o princípio, é um organismo que funciona há muitos anos e que, digamos, em termos de prevenção, tratamento e análise das questões ligadas ao tráfico de drogas, é um organismo líder em termos europeus.

Sublinho, pois, a dimensão do Conselho da Europa em relação à questão da droga, porque é uma dimensão que interessa e deve ser sublinhada.

Finalmente, depois de uma proposta que apresentámos, e de que fui relator, a qual foi aprovada há cerca de um mês, esperamos ter cá o Conselho da Europa na Expo 98. Houve um convite oficial do Governo e do próprio Comissário da Exposição, já se trabalhou nesse sentido, já sensibilizámos os nossos colegas, a proposta foi, finalmente, aprovada e esperamos ter um pavilhão do Conselho

da Europa na Expo 98. Esperamos ainda trazer cá as comissões directamente envolvidas com a temática da Expo — seria interessante esse convívio —, designadamente a Comissão da Cultura, a Comissão da Ciência e Tecnologia e a Comissão do Ambiente. Penso que a vinda a Portugal desses Deputados, durante a exposição, será um contributo importante não só para o nosso convívio democrático na Europa mas para que eles conheçam Portugal, na medida em que muitos deles, sobretudo os dos países novos, têm uma imagem bastante diluída de Portugal.

Portanto, Sr. Presidente, no fundo, importa apenas dizer que, antes da apresentação do relatório, o qual será entregue, salvo erro, em Janeiro, talvez seja interessante que se criem condições para que os Deputados conheçam melhor o trabalho daqueles que constituem a Delegação Portuguesa em Estrasburgo.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Niza, sobre a conveniência em que haja uma melhor informação sobre o papel e o trabalho dos nossos representantes no Conselho da Europa, em que convenio e reconhecimento que existe essa necessidade, a Mesa aguarda as propostas e iniciativas dos nossos representantes no Conselho da Europa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Conservo na memória as imagens de há 20 anos, transmitidas pela televisão e pelos jornais, onde se via a bandeira de Portugal a ser içada no mastro em Estrasburgo. E recordo estas imagens porque o Conselho da Europa, nascido em 1949, quando poucas pessoas acreditavam que a Europa fosse ainda uma realidade perdurável ou, sequer, uma realidade que valesse a pena revitalizar, foi promovido por 10 países mas, principalmente, por homens que acreditavam que valia a pena conservar a diversidade e a tradição europeias, como base da civilização humana.

De facto, o Conselho da Europa, podemos dizê-lo hoje sem sombra de dúvidas, foi mais do que uma antecâmara da Comunidade Europeia, foi o revigoramento da própria Europa e não é por acaso que, que eu conheça, não há qualquer decisão de carácter económico em todas as suas deliberações. Isto dá ao Conselho da Europa um valor que esta Assembleia e os parlamentos europeus não devem esquecer. O Conselho da Europa é o fulcro, é a alma, é o valor intrínseco permanente, durável, que se espalha por todo o corpo da Europa e que nos recorda que vale a pena viver e ser cidadão de um continente que promove os direitos humanos a um ponto como nunca tinha sucedido neste mundo, não só com uma convenção, mas com uma comissão permanente e um tribunal aberto a todos os cidadãos, para que aí possam fazer valer, no fundo, aquilo que é o centro de toda a actividade humana, que é a dignidade dos homens, que sempre que deixou de ser respeitada conduziu este mundo aos piores cataclismos.

O Sr. Mota Amaral (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Conselho da Europa, Srs. Deputados, é mais do que uma antecâmara, é uma alma. É uma alma, que teve o dom de fazer expandir, mesmo a regiões insuspeitadas, os valores que defendeu desde 1949; é um bálsamo, que restabeleceu a Europa nos seus valores morais

e humanos; que disse à Europa e ao mundo que, afinal, alguma coisa tínhamos de fazer ainda para assegurar o futuro da humanidade.

Gostaria, Srs. Deputados, de recordar aqui uma dimensão, que eu vivi, do Conselho da Europa. Refiro-me ao Conselho Permanente dos Poderes Local e Regional. Queria dizer a esta Assembleia que o primeiro auxílio que chegou a Lisboa depois do incêndio do Chiado veio do Conselho da Europa, através do seu *Fond de Rétablissement*. Até por isso, pela preocupação que manifestou por um pedaço desta cidade, que é também um pedaço do coração da Europa, este Conselho é significativo. Não valeria muito perante todos os valores que estavam em jogo na economia do mundo, mas valia muito perante um país e uma cultura que é a nossa.

Foi este Conselho Permanente que permitiu o aprofundamento e o revigoramento do tradicional espírito autárquico que sempre existiu em Portugal.

Vejo nesta Assembleia alguns dos parceiros que estive-ram em Estrasburgo nas reuniões do Conselho Permanente do Poder Local. Eles sabem bem que quando poucas portas havia abertas para o mundo, aí encontrámos, para nós, portugueses, a solidariedade das grandes cidades e dos grandes centros culturais da Europa. E também por isso o Conselho da Europa contribuiu para estruturar e revigorar o espírito com que mais tarde viemos a aderir à Europa. Uma Europa que para ser valiosa do ponto de vista económico tem de começar por ser valiosa do ponto de vista espiritual. Uma Europa que para construir o mundo tem de começar por acreditar nos valores que ela própria cultivou e fez nascer.

É tudo isto, Srs. Deputados, que Portugal, a Europa e a Humanidade devem a este Conselho. É, pois, uma boa hora e um bom momento para recordarmos os benefícios e desejarmos a este Conselho uma longa vida, para que a Europa se lembre que é cultura e não só economia. E no dia em que esquecer isto a Europa deixará de ser uma fonte de civilização!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Helena Roseta pediu a palavra para que efeito?

A Sr.^a Helena Roseta (PS): — Para pedir uma intervenção à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Helena Roseta (PS): — Sr. Presidente, congratulo-me com o debate que está a decorrer, mas queria pedir à Mesa que me confirme se, neste momento, ainda estão em Estrasburgo os representantes da delegação parlamentar da Assembleia da República Portuguesa ao Conselho da Europa, razão pela qual não estão aqui. Essa poderá ser, digamos, uma forma de não termos as melhores informações sobre o que lá se passa, porque as pessoas não conseguem estar em dois debates ao mesmo tempo, um em Estrasburgo e outro aqui.

Seja como for, além deste pedido de informação, também queria deixar uma sugestão à Mesa.

Fui, durante muitos anos, membro das delegações de Portugal ao Conselho da Europa e sei que há muitas convenções-quadro que Portugal assina no Conselho da Europa, através do seu representante permanente ou do re-

presentante do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas que, depois, não são ratificadas por este Parlamento.

A sugestão que faço à Mesa era no sentido de solicitar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a lista completa das convenções, nomeadamente as convenções-quadro, que Portugal já assinou e que nós ainda não ratificámos, assim como aquelas que, porventura, ainda não tenhamos assinado. Penso que uma das formas de darmos o nosso contributo ao combate que se trava, em termos internacionais, pelos direitos do homem é a de, depois, aqui, em Portugal, ratificarmos e darmos força de lei àquilo que lá, em Estrasburgo, aprovamos.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, iremos pedir essa lista ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Quanto à ausência aqui de algum representante do nosso Parlamento no Conselho da Europa, o problema nasceu ao nível do agendamento. Talvez devêssemos ter conciliado o agendamento deste debate com esse facto. Na altura, isso não ocorreu, agora já não tem remédio.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A adesão de Portugal, há 20 anos, ao Conselho da Europa não pode ser desligada do 25 de Abril e da instauração da democracia em Portugal, como aliás lembrou o Sr. Presidente da República, no seu discurso, em Estrasburgo e como, também aqui, relembrou o presidente da delegação portuguesa.

Foi, de facto, a democracia que rompeu com o isolamento internacional e diplomático que se abatia sobre o País. O Conselho da Europa vai, daqui a três anos, festejar o seu 50.^o aniversário. É, porventura, uma grande oportunidade para ser impulsionada uma reflexão sobre os seus objectivos, o seu futuro e o seu lugar no âmbito das várias instituições internacionais existentes.

O Conselho da Europa fundou-se com base numa vocação de defesa dos direitos humanos e, ao longo da sua história, teve, em muitas ocasiões, de intervir nesse domínio. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem foi uma realização positiva do Conselho da Europa, tal como a Comissão Europeia e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem são instrumentos relevantes na defesa dos direitos dos cidadãos.

Mas também é verdade que, nestes quase 50 anos de vida, o Conselho da Europa nem sempre respeitou integralmente a sua vocação inicial ou a considerou de um ponto de vista estreito. Muitas vezes, por exemplo, o conceito dos direitos humanos tem sido considerado de um ponto de vista relativamente estrito, quando não se tem muitas vezes sobre eles uma visão mais ampla no plano dos direitos sociais e económicos, esquecendo-se até a própria carta social por si aprovada.

O debate e o relatório, que foi aprovado nesta última sessão da Assembleia Parlamentar sobre o desemprego na Europa, é disso um exemplo quando preconiza, embora sobre um manto diáfano de palavras, uma maior precarização e fragilização dos direitos laborais, a pretexto da mundialização e não assumindo o direito ao trabalho como um direito inerente à dignidade da pessoa humana.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Nem sempre respeita a sua vocação inicial quando, por exemplo, mantém, entre os seus actuais

39 países membros, por meras razões estratégicas, um país, a Turquia, que viola claramente os direitos humanos ao manter a ocupação de uma parte de Chipre e ao reprimir, diária e brutalmente, o povo curdo.

Por outro lado, assumindo-se hoje igualmente — e muito! — como um fórum para os países da Europa Central e de Leste, tem uma tendência crescente, e às vezes quase exclusiva, para tratar de questões de foro internacional e de estratégia, invadindo áreas que também são tratadas por outras instituições internacionais num quadro de sobreposição de diversas áreas de intervenção das múltiplas instituições existentes que importa clarificar.

Malgrado isto, o Conselho da Europa é um fórum relevante, seguramente de poderes difusos mas um fórum internacional de reflexão, de debate de ideias, um espaço que dá visibilidade aos países que dele fazem parte, onde se tecem importantes relações pessoais e políticas de influência em relação a muitas questões que nele são debatidas, onde se reúnem 39 países e, em breve, 45.

Neste quadro é importante uma presença activa de Portugal e da Assembleia da República na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, onde, ao longo dos anos, muitos Deputados portugueses têm contribuído para um maior prestígio e visibilidade do País. Da actual delegação não quero deixar de referir, por uma razão elementar de justiça, o trabalho e prestígio alcançados, particularmente, pelos nossos colegas Pedro Roseta e Manuela Aguiar, tal como pelo meu camarada Miguel Urbano Rodrigues e pelo Deputado Raúl Brito em assembleias anteriores e, seguramente, por muitos outros. Ainda anteontem o Plenário da Assembleia Parlamentar retirou uma referência elogiosa à Indonésia por intervenção directa da delegação portuguesa.

É por isso que também na Assembleia da República há que, em definitivo, estabilizar as condições de intervenção da delegação portuguesa e clarificar o grau de empenhamento da nossa delegação naquele fórum, criando o quadro necessário para permitir que a nossa delegação, em particular a dos Deputados que têm maior responsabilidade no Conselho da Europa, possa cumprir com dignidade as funções para que foi eleita, impondo-se, contudo, como já foi aqui referido, que também a esta Assembleia, ao País seja trazida uma informação sobre as actividades da delegação portuguesa e, mais em geral, sobre as actividades do Conselho da Europa.

Sr. Presidente, festejamos e saudamos os 20 anos de adesão de Portugal ao Conselho da Europa. Repito, este, penso eu, é o momento adequado para se abrir uma reflexão sobre o futuro e o lugar deste fórum e sobre a nossa própria intervenção na sua assembleia parlamentar.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, associo-me às considerações que foram feitas, quer sobre o relevo excepcional de que se reveste o Conselho da Europa quer sobre o papel que este tem desempenhado no debate de temas tão importantes como aqueles de que se ocupa. Prometo aos Srs. Deputados que tudo farei para que de futuro, tal como no passado, a delegação portuguesa continue a contribuir para o prestígio do Conselho da Europa.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 11 horas e 15 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate da proposta de resolução n.º 8/VII — Aprova. para ratificação, a Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente, assinado em Nova Iorque, em 10 de Abril de 1981.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Seixas da Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de resolução que hoje é presente à Assembleia da República respeita à convenção de armas convencionais. É uma convenção das Nações Unidas, cujo depositário é o Secretário-Geral, com um título longo — Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente.

Esta Convenção foi assinada por Portugal em 1981, mas até hoje nunca foi ratificada. Somos o único país da União Europeia que não ratificou esta convenção, que tem três protocolos, um dos quais está cada vez mais na actualidade e que respeita à questão das minas antipessoais.

O problema neste momento coloca-se em relação à discussão que tem vindo a ser levada a cabo a nível mundial sobre a desminagem e, em particular, sobre o empenhamento que a União Europeia, inclusivamente Portugal, tem vindo a levar a cabo em relação a esta questão. Como sabem, no ano passado houve uma acção comum da União Europeia no sentido de proibir a exportação de material de minas, de material armado nesta área. O uso destas armas já estava proibido através desta convenção, embora Portugal não a aplicasse. Neste momento está em análise a possibilidade de fazer um tratado para abolição das minas antipessoais, um tratado global que implique a suspensão da produção, a não utilização (portanto, confirmando o tratado anterior) e a destruição dos *stocks*. Será muito difícil para Portugal colocar-se nesta discussão no caso de não ratificar a convenção anterior — aliás, no ano passado a convenção foi sujeita a uma conferência de revisão, que não só reviu o próprio Protocolo n.º 2, facto que mais tarde terá de ser analisado nesta Assembleia da República, como criou um novo protocolo no âmbito da convenção para armas *laser*.

Relativamente à questão que mais diz respeito a Portugal, assinámos a Convenção em 1981, subscrevemos a acção comum por parte da União Europeia em 1995. Para além disso, temos contribuído, no âmbito da União Europeia, para uma acção conjugada de apoio a diversos países, nomeadamente aos de língua oficial portuguesa — Angola e Moçambique —, onde a questão das minas se coloca com grande actualidade. Angola tem, neste momento, cerca de 10 milhões de minas, sendo o segundo país do mundo com mais minas, depois do Camboja, com cerca de 70 000 vítimas por ano relacionadas com o rebentamento das minas. Conseguimos que o apoio da acção comum da União Europeia fosse concentrado, no valor de 3 milhões de ECU, em Angola e Moçambique. Contribuímos directamente com 100 000 dólares para a desminagem em Angola e com 50 000 dólares para o fundo das Nações Unidas da desminagem.

Neste momento, ao nível da produção portuguesa, não produzimos minas. Temos capacidade instalada para isso mas não o fazemos e os *stocks* antigos estão a ser destruídos.

É nestas condições que esta questão é trazida à Assembleia da República.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Carrilho.

A Sr.^a **Maria Carrilho (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cabe-nos hoje apreciar e votar a proposta de resolução, de iniciativa governamental, que aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente. Esta convenção e respectivos protocolos, conforme já foi referido pelo Sr. Secretário de Estado, resultam de uma acção das Nações Unidas no cumprimento dos objectivos de paz e segurança internacionais, definidos na própria Carta das Nações Unidas, e foi assinada, em Nova Iorque, em Abril de 1981. No entanto, Portugal adiou a ratificação desta convenção durante 15 anos.

Passados todos estes anos, em que estranhamente — ou talvez não — nada se fez em favor da campanha internacional contra o uso de minas antipessoais, é hora de Portugal assumir plenamente, no campo internacional, e também neste domínio, um papel positivo e activo, em favor da paz e da segurança. Saudamos, portanto, a iniciativa governamental e não podemos deixar de sublinhar que ela ficará ligada a um governo de orientação socialista, embora, para bem da imagem exterior do nosso país, preferíssemos que ela tivesse sido tomada durante um dos dois governos do PSD.

O tema que agora discutimos não tem a ver com os grandes passatempos da política nacional. Não tem nada de divertido e nem sequer é gratificante para a consciência nacional. É mesmo um tema altamente incómodo para Portugal, e já explicarei porquê. O mais pacífico para o nosso patriotismo, o mais conveniente para todos os interesses, o mais consensual para todas as áreas políticas e o mais confortável para mim seria proceder a uma breve defesa da oportunidade desta votação e louvar todos antecipadamente pelo resultado, embora «os todos» sejam muito poucos, e devo lamentar que um assunto tão importante não tenha recolhido a necessária adesão dos Deputados traduzida em termos de presença. Porém, estou certa de que, como é evidente, não vai sequer haver abstenções.

Com efeito, esta proposta vem com a chancela das Nações Unidas, corresponde a um apelo recente do seu Secretário-Geral, Boutros Ghali, e já obteve o parecer favorável dos Deputados presentes na Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação.

Mas estamos aqui, nesta Assembleia, em funções de representação democrática não só para defender os interesses dos cidadãos, ou seja, a exercer aquilo que, em ciência política, se classifica como uma «responsabilidade dependente», mas também para assumir uma «responsabilidade independente». Responsabilidade independente que é aquela que responde principalmente perante a nossa consciência e os valores morais que nos guiam e que conferem sentido a uma comunidade nacional e lhe

asseguram a coesão íntima, para além dos fraccionamentos, querelas e incompreensões quotidianas.

A nós, portugueses, que temos o privilégio de viver em paz, a realidade além fronteiras impõe-nos factos a que não podemos ficar alheios. São as guerras e outros conflitos armados, com o seu cortejo de violência e de sofrimentos terríveis, que atingem não só aqueles directamente envolvidos, ou seja, os militares, mas atingem tragicamente também aqueles que, muitas vezes, nem sabem, que, muitas vezes, desconhecem quais os motivos das guerras, ou seja, as populações civis, designadamente as crianças.

Todos nós guardamos na memória imagens — de fotografias ou de reportagens televisivas — de crianças e de adultos estropiados por minas antipessoais, em grande parte em países a que nos ligam laços especiais de história e de sentimento, como é o caso de Angola ou Moçambique.

Neste momento, cerca de 100 milhões de minas antipessoais encontram-se espalhadas por 64 países. Cerca de 20 mil pessoas por ano são atingidas. Os que conseguem sobreviver, são sujeitos a amputações e longas permanências hospitalares. Geralmente, as pessoas são atingidas por minas quando empreendem o regresso às suas terras, donde tiveram de fugir por efeito da guerra, quando cultivam de novo os campos, quando brincam... Este é, porventura, o aspecto mais cruel desta arma terrível: o de ferir e matar mesmo as pessoas ocupadas em actividades pacíficas, mesmo as pessoas que já só querem que os deixem em paz.

Contudo, se é verdade que são hoje os países mais pobres os mais afectados, recorde-se que vários países europeus sofreram os efeitos do rebentamento de minas ainda décadas depois do fim da II Guerra Mundial e recorde-se também que Portugal sofreu e fez sofrer os seus efeitos durante as guerras coloniais, havendo ainda em Portugal alguns que continuam com as suas vidas dramaticamente afectadas por terem então sido atingidos por minas.

Há quem lhes chame arma de destruição em câmara lenta, por matar mesmo muitos anos depois de ter sido colocada, ou a bomba atómica dos pobres, por ser barata. E, aqui, chegamos a um ponto crucial, na apreciação do problema e para o qual chamo a vossa atenção. É que existe um comércio internacional deste tipo de armas, altamente rentável. Neste negócio de morte têm estado envolvidos muitos países, mesmo ao longo dos últimos anos, e, lamentar ter que o dizer, também Portugal aparece nas listas de produtores e exportadores de minas terrestres antipessoais, em publicações actuais das Nações Unidas e também através das listas veiculadas através da *Internet*, como poderão facilmente comprovar todos aqueles que se interessarem por este assunto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é possível que estas listas não estejam actualizadas. Se, de facto, não correspondem à realidade actual, será importante clarificar a situação e tomar medidas para que Portugal desapareça de tais listas vergonhosas. Aproveito a presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus para endereçar publicamente às autoridades competentes uma solicitação no sentido de tal esclarecimento.

Um primeiro passo é dado, conforme já referiu o Sr. Secretário de Estado, com a votação de hoje e, com ela, queremos desde já congratular-nos. Mas creio que Portugal só ganharia se empreendesse, conforme também já foi referido pelo Sr. Secretário de Estado, mais algumas acções positivas, designadamente aderir para já à moratória em curso sobre a exportação de minas terrestres

antipessoais, promovida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993, juntando-se a países como o Canadá, a Espanha, a Bélgica, os Estados Unidos e outros. Acrescenta-se que o Parlamento Europeu já aprovou, em plenário, uma proposta de resolução neste sentido.

Pensamos que Portugal, se possível, ainda que de forma inicialmente simbólica, deveria também atribuir alguma verba para acções de desminagem. Sabe-se que, infelizmente, enquanto que o custo de uma mina vai de 500\$ a cinco contos, o custo da desactivação de uma mina é avaliado entre 50 a 150 contos! Incomensuráveis são, no entanto, os custos humanos da permanência das minas e os seus efeitos maléficos fazem-se sentir sobre os processos de desenvolvimento não só nas áreas rurais, impedindo o cultivo dos campos, mas também nas zonas urbanas.

Em resumo: embora seja motivo de grande satisfação a aprovação deste documento, não devemos deixar adormecer a nossa consciência. Este apelo, se me é permitido, não se dirige apenas a esfera política. Dirige-se também à sociedade civil, designadamente aos jornalistas que hoje, como não havia tema particularmente excitante do ponto de vista da guerrilha partidária, se encontram aqui escassamente representados — espero que bem representados.

Em muitos países, têm-se criado associações voluntárias que pugnam pela abolição deste tipo de armas e recolhem fundos para campanhas de desminagem sob a égide das Nações Unidas. Recordo, por exemplo, que está em curso uma campanha em Moçambique, na qual tem estado activa, nomeadamente, Graça Machel.

Quanto ao meu partido, iremos actuar para que Portugal assumia uma posição clara, pela eliminação desse negócio mortífero e desqualificado que é o das minas antipessoais. Tal proibição deve abranger a produção, o armazenamento, a transferência, a venda e a exportação de tais armas, para além do uso, a que se refere a presente convenção.

Concluindo, Portugal, sem renunciar aos seus próprios meios de defesa, só terá a ganhar se, cada vez mais, se afirmar internacionalmente como um país promotor de paz.

Aplausos do PS e do Deputado do PCP João Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos à Sr.^a Deputada Maria Carrilho, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada, apenas um pedido de esclarecimento muito breve: V. Ex.^a não resistiu a trazer a luta partidária para uma matéria desta natureza, tentando colocar o PS como o partido dos grandes sentimentos humanitários e o PSD como um partido que não liga a essas questões, referindo que teria preferido que tivessem sido os governos anteriores, do PSD, a propor a ratificação desta convenção. Queria apenas perguntar-lhe se tem presente e poderia indicar quem era o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros nos anos de 1983, 1984 e 1985, por exemplo.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, tinha intenção de fazer uma breve intervenção sobre este assunto mas, dado que ele está hoje em Plenário, queria apenas

informar que, no quadro das obrigações e dos compromissos assumidos pelo Parlamento português, esteve presente uma delegação da Assembleia da República nas 95.^a e 96.^a Conferências da União Interparlamentar, respectivamente em Istambul e em Pequim, onde foi votado por unanimidade e recomendado a todos os parlamentos do mundo que, nos seus países, tomem as medidas necessárias para proibir o uso, o fabrico ou a exportação de minas antipessoais.

Portanto, é com muito gosto que venho aqui trazer ao conhecimento do Parlamento esta deliberação tomada recentemente em Pequim, no âmbito da União Interparlamentar.

O Sr. Presidente: — Está dada a informação e fica registada.

Para responder ao pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Carrilho.

A Sr.^a Maria Carrilho (PS): — Sr. Presidente, quando abordei a questão partidária não me referia, neste caso, aos Srs. Deputados e parece-me que ficou claro que me dirigia à atenção dos *media*.

De facto, assistimos continuamente a uma sobre-exposição de determinados assuntos, que considero que até nem têm muita importância porque os partidos são isso mesmo, são entidades que contêm em si a racionalidade e a emoção, daí o seu interesse também. Porém, por vezes, os *media* dedicam uma atenção enviesada a esses aspectos.

Portanto, quando abordei o aspecto partidário, não me referia especificamente àquilo que o Sr. Deputado perguntou.

Sei que, em 1981, Portugal assinou esta Convenção, mas o facto de não a ter ratificado significa que não lhe deu força durante todos estes anos.

Já agora, gostava de dizer uma coisa: preocupei-me, ao longo dos anos, com este tema por vários motivos, inclusive pessoais, ou seja, por ter conhecido pessoas atingidas por minas não só em Portugal mas também em Itália; há cerca de três anos tentei saber, através de vários meios, se Portugal, de facto, exportava e produzia minas e, não sendo Deputada, encontrei uma barreira total, talvez não por má vontade mas porque, provavelmente, não se sabia muito bem o que se estava a passar.

Com isto, não quero dizer que actualmente se saiba tudo o que se está a passar mas, porque se trata de um negócio extremamente incómodo para Portugal, gostaria que se conseguisse saber e espero ainda que Portugal, para além de já não fabricar estas armas, não esteja, eventualmente, a escoar os seus depósitos.

Sr. Deputado, era só isto que queria dizer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos hoje a grata e simpática companhia de um grupo de 50 cidadãos da freguesia da Retorta, Vila do Conde, para quem peço a habitual saudação.

Aplausos gerais, de pé.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo: Ao procedermos à apreciação da Convenção sobre a proibição ou limitação do uso de certas armas convencionais reconhecemos que instrumentos desta natureza, se forem cumpridos pelos Estados subscritores, podem concorrer de forma positiva para afastar a ameaça de guerras, que põem em causa a paz e a segurança dos povos. Aliás, não faltam exemplos, e exemplos recentes, que comprovam como a utilização deste tipo de armamento tem causado sofrimentos indescritíveis principalmente em populações civis indefesas e inocentes.

Também não deixa de ser lamentável que, não obstante as disposições expressas nesta Convenção, aprovada em 1981, se tenha assistido, nomeadamente durante este período, a uma permanente corrida armamentista, ao desenvolvimento de armas convencionais cada vez mais mortíferas e sofisticadas, usadas indiscriminadamente em tantos conflitos armados que ainda hoje são fomentados em diversas regiões do mundo.

Apesar dos esforços que se vão promovendo no âmbito da ONU, no sentido de impedir o uso de tais armas, verifica-se uma grande hipocrisia por parte de países produtores de armamentos, que facilitam o seu constante fabrico, posterior distribuição e lucrativa venda a beligerantes, num claro desrespeito pelos objectivos da Carta das Nações Unidas e por documentos como o que estamos hoje a debater.

A Convenção proíbe o uso de minas, de armadilhas ou de qualquer arma cujo efeito principal seja ferir com estilhaços não localizáveis pelos raios-X no corpo humano e proíbe, ainda, armas incendiárias, tão usadas em certas guerras como a do Vietname.

A realidade, porém, demonstra-nos como se tem feito «tábua rasa» dessas disposições. O flagelo continua. Em alguns conflitos que recentemente se registaram ou que actualmente se desenrolam, as forças antagonistas não encontraram, nem encontram, dificuldades em utilizar milhões — repetimos, milhões — de minas ou de armadilhas. Como os países onde se verificam tais acontecimentos não são fabricantes desse armamento, adquirem-no facilmente, endividando-se junto das potências que o produzem em completo desprezo por normas internacionais e sem se preocuparem com as gravíssimas consequências que o tráfico de armas provoca nas populações.

Sabe-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as dificuldades com que se tem deparado, em certas regiões africanas devastadas por conflitos armados, para se limpar vastíssimas áreas de minas e armadilhas espalhadas em quantidades incalculáveis e sem que tenha havido, na generalidade, o cuidado de se elaborarem mapas com o registo dos locais onde se colocaram tais armas.

Em Angola e Moçambique, por exemplo, os respectivos governos e as forças da ONU não têm conseguido a desminagem rápida dos territórios para resolver este grave problema, que continua a provocar inúmeras vítimas inocentes entre os seus habitantes.

A ex-Jugoslávia constitui um outro exemplo através do qual se pode verificar como estas armas são continuamente produzidas e distribuídas por países fabricantes de armamento que promovem este comércio violando convenções internacionais como a que apreciamos. As forças militares portuguesas que permanecem naquela zona europeia sabem bem que existem naquele antigo país muitos milhões de minas e armadilhas espalhadas arbitrariamente por todo o território e por todas as forças em presença.

A propósito desta Convenção e perante a realidade, uma vez que prossegue impunemente este abominável comér-

cio, uma dúvida se nos coloca: que tipo de controlo se pode e deve exercer para pôr cobro à produção, armazenamento e distribuição destas armas? O documento que ora analisamos é omissivo quanto a esse aspecto, pelo que se espera que nas negociações em curso ou que se venham a desenvolver sobre o desarmamento se encare definitivamente a aplicação de métodos de controlo que tornem realmente eficazes instrumentos que visam a proibição ou limitação do uso de armas como as minas antipessoais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de terminar, temos de manifestar a nossa surpresa pelo facto de só passados 15 anos à Assembleia da República ser chamada a ratificar esta Convenção, que, se for globalmente respeitada, pode facilitar a criação de um ambiente mais propício à segurança e à paz entre os povos.

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — A palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Cardoso Ferreira

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A presente proposta de resolução aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente, assinada em Nova Iorque, em 10 de Abril de 1981.

Com a preocupação de prosseguir a codificação e o desenvolvimento progressivo das regras de direito internacional aplicáveis aos conflitos armados e às suas consequências, trata-se de mais um passo significativo, dos muitos que têm vindo a ser dados, visando, muito em especial, a protecção das pessoas civis contra os efeitos das hostilidades. No que concerne aos combatentes, procura-se evitar a produção de efeitos traumáticos excessivos, males supérfluos e sofrimento desnecessário.

Trata-se também de mais um esforço de proibição ou limitação ainda maior do uso de certas armas convencionais, com vista ao desarmamento e, em consequência, à paz, pondo fim à produção, ao armazenamento e à proliferação dessa armas.

Incorporam esta Convenção três Protocolos, dos quais se destaca, pela sua importância, o segundo, referente à proibição ou limitação do uso de minas, armadilhas e outros dispositivos. A disseminação de minas terrestres constitui um terrível flagelo para as populações civis, em especial nos países do Terceiro Mundo, e é um entrave significativo à reconstrução após conflitos armados. Estima-se que existam hoje, espalhadas por 64 países, 110 milhões de minas antipessoais. Estima-se ainda que, todos os anos, cerca de 20 000 pessoas, grande parte civis, são mortas ou gravemente feridas, sendo os países mais atingidos Angola, Afeganistão, Camboja, Moçambique e Bósnia.

Com esta Convenção, ao estabelecer-se, nomeadamente, que as partes beligerantes deverão registar a localização cartográfica de todos os campos minados montados por elas próprias e de todas as zonas nas quais montaram armadilhas, bem como conservar esses registos para, após a cessação das hostilidades, tomarem as medidas ne-

cessárias à protecção dos civis, evoluiu-se, de forma significativa, para a protecção das populações civis contra uma das mais trágicas consequências dos confrontos armados.

Em Maio passado, o Presidente Clinton anunciou que as forças armadas americanas receberam instruções para cessarem imediatamente a utilização de minas antipessoais permanentes, passando a utilizar minas ditas «inteligentes», que se autoneutralizam após algumas semanas. Propõem-se ainda os Estados Unidos da América tomar iniciativas diplomáticas tendentes a uma interdição internacional global de utilização das minas permanentes.

Esperam seguramente os portugueses, bem como todos os povos que procuram a paz, que tais iniciativas produzam resultados mais rapidamente do que os constantes desta Convenção.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelas razões enunciadas, votará favoravelmente a proposta de resolução.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — A palavra ao Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. **Nuno Abecasis (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Popular congratula-se pelo facto de vir a ser ratificada esta Convenção e apetece-me ficar por aqui e não dizer mais nada porque há longos anos aprendi que não vale a pena gastar «muita cera com ruim defunto».

Assim, recordo só à Assembleia da República que, em 1981, Portugal já não estava em guerra, o que torna quase incompreensível que não pudesse aprovar e ratificar imediatamente um tratado destes.

Mas os países são como são e não se movem com a velocidade que queríamos; por isso, o meu partido fica satisfeito que, apesar de tudo, ao fim de 15 anos, seja possível dar este passo. Isso significa, certamente, que Portugal esperou pelo momento em que pudesse ratificar esta lei com autenticidade, com vontade e com verdadeiro espírito de adesão e é isso que se espera que esta Assembleia registre, pois penso que nada adianta entrarmos em caminhos de autoflagelação, que não beneficiam ninguém nem trazem qualquer proveito ao mundo e, menos ainda, a Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador:** — Assim, o meu partido congratula-se que tenha chegado o feliz momento de aderirmos a mais uma dimensão da humanidade.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, penso que é extremamente importante a convenção que, hoje, 15 anos depois da sua assinatura, estamos a ratificar. E julgo dever sublinhá-lo porque é da não ratificação, da não concretização destes importantes documentos que resultam, diariamente, perdas de vidas e sofrimento e o facto de sermos, voluntariamente ou não, cúmplices da morte com

um determinado tipo de armamento, que acaba por ser uma bomba de efeito retardado, pois actua muito para além da formalização da paz, quando esta acontece.

Para além das intervenções já proferidas, gostaria de lembrar que, neste planeta, os recursos financeiros continuam a ser esgotados inutilmente, em sofisticação e em complexificação de formas de matar, desviando os fundos necessários àquilo que é essencial: a defesa da vida e do ambiente e a defesa do planeta.

Julgo que será ainda de sublinhar, se não queremos fazer exercícios inúteis, a cortina de silêncio que em torno destas questões se continua a levantar — e isto aplica-se não só aos que não são Deputados, mas também a estes — e a dificuldade de acesso à informação sobre os países com os quais há comércio deste tipo, sobre as empresas que o fabricam e a composição dos seus órgãos sociais.

Assim, penso que esta ratificação coloca duas questões, por um lado, o tipo de cooperação que é feita, designadamente com os países em desenvolvimento, em relação aos quais, no nosso entendimento, o apoio para armamento continua a ser uma inútil fatia de absorção de gastos, e, por outro lado, voltamos a uma questão que já aqui trouxemos, ou seja, o facto de ser urgente que os parlamentos nacionais tenham não só um controlo sobre estas matérias como mecanismos de fiscalização e possibilidade de discutir o cumprimento ou não, por parte do seu país, das ratificações e das convenções internacionais que assinam.

Em nosso entendimento, esta é uma questão que nenhum conceito de segurança justifica continuar a manter envolvida em silêncio, é uma questão tão importante quanto qualquer outra, pois importa às pessoas, ao seu direito à vida e, como tal, por razões acrescidas, é uma matéria que exige toda a transparência.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Governo, congratulo-me pela previsível unanimidade de que a ratificação será objecto. Penso que é uma decisão que prestigia tanto esta Câmara como o Estado português e que dá a Portugal uma autoridade moral significativa no plano internacional, nomeadamente no plano europeu, para defender todo o conjunto de medidas que, nesta área, são consideradas cada vez mais indispensáveis a nível da comunidade internacional.

Relativamente a algumas questões que foram colocadas pela Deputada Maria Carrilho, gostaria de dizer o seguinte: tanto quanto é do conhecimento das autoridades portuguesas, neste momento, Portugal não produz nem exporta minas e está a fazer a destruição organizada dos seus actuais stocks, inclusivamente através de estruturas de apoio internacional. É esta a situação actual.

Em relação à moratória, desde 1995 que Portugal aplica, unilateralmente, a moratória das Nações Unidas e o Governo está a preparar uma iniciativa legislativa no sentido de aderir a esta por forma mais oficial.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, estivemos a discutir durante uma hora esta convenção, num pressuposto que suponho não existir, o de que algum de nós poderia, alguma vez, estar em desacordo com a aprovação desta

convenção. Creio que a única coisa que se impunha era o Estado português pedir desculpa a si próprio por não a ter ratificado há mais tempo e digo isto só para justificar a proposta que vos faço de que a aproveemos desde já.

Assim, se estiverem de acordo, votaremos de imediato a proposta de resolução n.º 8/VII, que propõe a ratificação desta convenção.

Aplausos gerais.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, a próxima reunião terá lugar na quarta-feira, às 15 horas, com período de antes da ordem do dia, de que consta um debate conjunto sobre a concertação estratégica e o emprego, na perspectiva do próximo Orçamento de Estado (PSD) e sobre a recuperação de empresas em crise e emprego (PS). Do período da ordem do dia consta a discussão e aprovação das Contas do Estado relativas aos anos de 1990, 1991, 1992 e 1993. Está encerrada a sessão.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Albino Gonçalves da Costa.
António Jorge Mammerickx da Trindade.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Carlos Manuel Luís
Fernando Alberto Pereira Marques.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.

Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Maria da Silva Ferro.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Rosa do Egípto.
José Maria Teixeira Dias.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Mário Manuel Videira Lopes.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
José Manuel Durão Barroso.
José Mendes Bota.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
Fernando José de Moura e Silva.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Manuel José Flores Ferreira dos Ramos.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTES NÚMEROS 126\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex